

N.º DO REGISTRO

89.0010811-5



PODER JUDICIÁRIO

Volume

1

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXCEÇÃO DA VERDADE

01

Relator, o Senhor Ministro

PROCESSO : 89.0010811-5

EXVERD

1-RO

AUTUADO EM 20/09/89

VOLUME : 1/1

EXCTE : JOSE MARCELINO DE PAULA

ADV : JOSE MARCELINO DE PAULA

EXCEPTO : HERCULES JOSE DO VALE

ADV : MANOEL DE ANDRADE

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/09/89

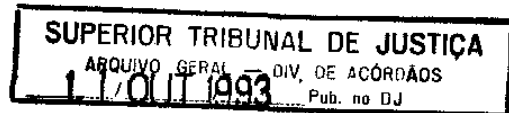
RELATOR : MIN. BUENO DE SOUZA - CORTE ESPECIAL

REVISOR : MIN. JOSE CANDIDO

Na data e sob o número constante da etiqueta, a petição inicial e documento(s) que a acompanha(m) foram distribuídos, registrados e autuados.

Subsecretaria de Registros e Informações Processuais

EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 01 - RO (89.0010811-5)



RELATOR : MINISTRO BUENO DE SOUZA
REVISOR : MINISTRO JOSÉ CÂNDIDO
EXCIPIENTE : JOSÉ MARCELINO DE PAULA
EXCEPTO : HÉRCULES JOSÉ DO VALE
ADVOGADOS : DRS. JOSÉ MARCELINO DE PAULA e MANOEL DE ANDRADE

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EXCEÇÃO DA VERDADE. CRIME CONTRA A HONRA.

1. Ação penal pública movida contra Juiz de Direito, em razão de representação formulada por Desembargador, decorrente de documento subscrito pelo primeiro, de cujo teor afluíam ofensas à honra do segundo, objetiva e subjetivamente considerada, no exercício de sua respectiva função pública.
2. Arguição de Exceptio Veritatis pelo acusado.
3. Competência do STJ restrita apenas ao julgamento da referida exceção (art. 105, I, "a", Constituição da República).
4. Prescrição da pretensão punitiva quanto à injúria, que o Tribunal se abstém de enfrentar, por exorbitar dos limites consentidos ao exame desta Corte.
5. Ausência de prescrição da pretensão punitiva, quanto à calúnia.
6. Exceção que se julga improcedente, à falta de comprovação dos fatos a que se reporta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer da exceção da verdade em relação ao crime de injúria e julgar improcedente a exceção com relação ao crime de calúnia.

Os Senhores Ministros JOSÉ CÂNDIDO, PEDRO ACIOLI, AMÉRICO LUZ, PÁDUA RIBEIRO, FLAQUER SCARTEZZINI, COSTA LIMA, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, DIAS TRINDADE, FONTES DE ALENCAR, CLÁUDIO SANTOS, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, BARROS MONTEIRO, HÉLIO MOSIMANN, PEÇANHA MARTINS, DEMÓCRITO REINALDO, GOMES DE BARROS, JOSÉ DANTAS e WILLIAM PATTERSON votaram com o Senhor Ministro Relator.

Os Senhores Ministros ASSIS TOLEDO e EDSON VIDIGAL não compareceram à sessão por motivo justificado.

O Senhor Ministro JOSÉ DE JESUS não participou do julgamento.

Brasília, 14 de junho 1993. (data do julgamento)

Ministro TORREÃO BRAZ, Presidente

Ministro BUENO DE SOUZA, Relator

089001080
011511200
000000110

/elf

11.02

Superior Tribunal de Justiça

EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 01 - RO (89.0010811-5)
EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 02 - RO (89.0010928-6)

089001080
011521200
000000190

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO BUENO DE SOUZA, Senhor Presidente, adoto para efeito de relatório trechos do parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. PAULO SOLLBERGER, constante dos autos da Exceção da Verdade 01, fls. 280/282:

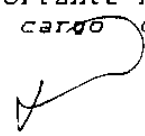
"O Ministério Público do Estado de Rondônia, com base em representação formulada por HERCULES JOSÉ DO VALE, Desembargador do Tribunal de Justiça daquele Estado, ofereceu denúncia contra o Juiz de Direito JOSÉ MARCELINO DE PAULA imputando-lhe os delitos de calúnia e injúria contra a honra do referido Desembargador. A denúncia entendeu tipificado o crime de calúnia, quando o Doutor Juiz de Direito, em defesa apresentada perante o Conselho da Magistratura, afirmou:

"Fui indagado pelo Desembargador Hércules, sobre se sabia se o Corregedor era parente do fazendeiro, e disse que não sabia de nenhum parentesco entre eles, mas indaguei o porque da pergunta, quando então, o Desembargador disse-me que o Corregedor estava até doente porque aquele fazendeiro estava sendo processado.

Disse mais, que o Corregedor estava achando isso ruim. Ele falava com tom de ardoroso defensor do fazendeiro.

Quando dissequei a história do fazendeiro expondo o seu prestígio econômico e financeiro sobre várias áreas da Justiça, aquele Desembargador se mostrou indignado e até mesmo revoltado".

.....
"Como eu, ele concluiu também que o Corregedor embarca na defesa do fazendeiro, não se sabendo apenas em quanto andou o preço, por essa tão importante cobertura, importante não pelo valor do defensor, mas pelo cargo que ocupa" (doc. II, fls. 15/16).



Superior Tribunal de Justiça

EXVERD 1 E 2-RO

- 2 -

.....
"Senhor Procurador, sei que o Desembargador Hércules, chamado à responsabilidade por esta passagem, pode, por conveniência ou por coleguismo, até negar, e eu ficarei só e sem prova, na berlinda, segundo expressão usual" (doc. II, fls. 16).

Fundamentando a denúncia, argumentou o ilustre Procurador de Justiça, Doutor Jorge Badra:

"Esse episódio exposto pelo Representado não encontra nenhum respaldo na realidade. Retrata um crime de "corrupção passiva" que teria sido cometido pelo Eminentíssimo Corregedor-Geral da Justiça, o que, em absoluto, não é o do conhecimento do Representante, o qual, se tivesse dito as palavras a ele atribuídas, estaria praticando o crime de calúnia. Assim, o MM. Juiz de Direito imputou, falsamente, ao digno Desembargador, um fato tipificado como crime de calúnia cometido contra o Douto Corregedor-Geral da Justiça, o que caracteriza o delito de calúnia praticado pelo Representado contra o Representante" (fls. 03/04).

Em suas alegações preliminares (fls. 61/62), o Juiz José Marcelino de Paula arquivou a presente exceção da verdade pretendendo comprovar a veracidade de suas afirmações.

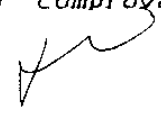
Instruído o feito, o Ministério Público local, o excepto e o excipiente ofereceram razões finais à fls. 227/230, 244/246 e 247/249.

Reconhecida a conexão entre esta Exceção e a de nº 02 e reunidos os processos por determinação do Senhor Ministro Relator (fls. 268), abriu-se vista ao Ministério Público Federal."

2. E do pronunciamento do Ministério Público, falando ainda pelo D. Subprocurador-Geral SOLLBERGER, colho, na Exceção da Verdade 02, cujos autos se acham apensos, os seguintes tópicos (fls. 625/634):

"O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia contra o Juiz de Direito José Marcelino de Paula, imputando-lhe os delitos de injúria e calúnia contra a honra do Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia Aldo Alberto Castanheira Silva.

.....
Em sua resposta o Juiz Marcelino de Paula suscita a presente exceção da verdade pretendendo comprovar as acusações feitas.



Superior Tribunal de Justiça

EXUVERD 1 E 2-RO

- 3 -

Conforme despacho prolatado às fls. 318, a instrução da exceção deu-se perante órgão do Judiciário local, vindo a essa Corte para julgamento, após juntadas as alegações finais de fls. 576 a 581, 596 a 606 e 608 a 612. Em suas alegações finais, o Ministério Público Estadual manifesta-se pela improcedência da exceção.

O excepto, em suas alegações finais, repete as do Ministério Público Estadual, analisando a prova através da transcrição de trechos dos depoimentos constantes dos autos e finalizando com o pedido de improcedência da exceção.

O excipiente, a seu turno, argumenta que "não se poderá exigir uma prova cabal e absoluta do crime praticado por uma autoridade judiciária, nas condições do incriminado", sendo suficiente "a existência de uma prova indireta e sutil que o incrimine" (fls. 608).

A denuncia contra o excipiente foi recebida em 29.10.85, tendo transcorrido, in totum, o prazo prescricional, que é de dois anos, quanto ao crime de injúria, extinguindo-se a punibilidade (art. 109, VI do CPB).

A alegação de que o Des. Hércules José do Vale teria perguntado ao excipiente se o fazendeiro Antonio José Junqueira Rossi era parente do excepto, afirmando que este lhe teria dito que "ficava doente quando falava sobre um processo criminal contra o fazendeiro Antonio José Junqueira", parece-nos comprovada pelos depoimentos acostados aos autos.

Contudo, o fato de ser o Des. Aldo Castanheira amigo do fazendeiro Antonio Vilela e de entender estar este sendo injustamente processado, não autoriza, por si só, a conclusão de que o Des. Aldo estaria acobertando, de alguma forma, o fazendeiro, mesmo levando-se em conta o depoimento do delegado Marco Antônio Conhetti Postigo, a respeito do procedimento do excepto no caso do fazendeiro João Arantes.

Fala-se o excipiente de um "preço" recebido, mas nada traz aos autos que comprove esse fato.

Os depoimentos acima transcritos lançam suspeitas sobre a conduta do Des. Aldo Castanheira, mas não são suficientes para incriminá-lo.

Assim, não há como negar ao ilustre representante do Ministério Público Estadual quando, em suas alegações finais, observa:

10174

Superior Tribunal de Justiça

EXVERD 1 E 2-RO

- 4 -

"... a prova é duvidosa e a dúvida milita em favor do acusado (que, na exceção da verdade é o Excepto)"

Nessas condições, opina o Ministério Público Federal no sentido de que essa Colenda Corte:

a) julque prejudicada a exceção da verdade na parte referente ao crime de injúria, desde que se verifica estar extinta a punibilidade, pela prescrição in abstrato;


b) julque improcedente a exceção na parte relativa ao crime de calúnia."

3. A este resumo do feito, é oportuno acrescentar que o respectivo processamento se fez de forma tumultuada, porquanto, no tocante à ação penal primeiramente proposta (autos de nº10/85), deduzida, concomitantemente com as alegações preliminares, a Exceção da Verdade nº 1 (fls. 56 e ss.), o Desembargador Relator encaminhou a causa, dada a competência por prerrogativa de função, ao Supremo Tribunal Federal (fls. 66), onde o eminente Ministro CARLOS MADEIRA, Relator, determinou a restituição dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que este admitisse e processasse a exceção, restituindo então, os autos ao Supremo Tribunal Federal para julgamento (fls. 75/82, 1º vol., Exverd. 1).

Ultimada a instrução do feito no Tribunal de origem, com alegações finais, vieram os autos a esta Corte, em razão da nova competência constitucional para ação penal originária contra desembargadores (fls. 251, 1º vol., Exverd. 1), os quais me couberam por distribuição automática (fls. 252, 1º vol., Exverd.1).

4. Assim também ocorreu a restituição, pelo Supremo Tribunal Federal, dos autos da Exceção da Verdade nº 2 (fls. 318/319, 1º vol., Exverd. 2), oposta juntamente com as alegações preliminares nos autos da segunda ação penal (fls. 137/141, 1º vol., Exverd. 2).

Pelas mesmas razões já referidas no tocante à Exceção da Verdade 1, vieram os autos da Exceção da Verdade 2 para este Tribunal (fls. 620, 1º vol., Exverd. 2), os quais foram distribuídos ao eminente Ministro FLAQUER SCARTEZZINI (fls. 621, 1º vol., Exverd. 2).



/jns

Superior Tribunal de Justiça

EXVERD 1 E 2-RO

- 5 -

5. Nesta Corte, portanto, foram afinal reunidos os autos de ambas as ações penais movidas contra o mesmo acusado (hoje, Juiz aposentado do Estado de Rondônia, Dr. José Marcelino de Paula), depois de diligências saneadoras cuja realização determinamos nos autos de Exceção da Verdade 1 (fls. 253 e 268, 1ª vol.), uma vez reconhecida a conexão que prende esta Exceção àquela, de nº 2, com a concordância do Senhor Ministro FLAQUER SCARTEZZINI (fls. 640, 2ª vol., Exverd. 2).

6. Ante os pronunciamentos do Ministério Público, no sentido da improcedência de ambas as exceções de verdade, considereei de acertado alvitre encaminha-las a julgamento em 11.02.92 (fls. 295, 2ª vol., Exverd. 1).

Contudo, na sessão desta Corte de 14.05.92, foram os autos retirados de pauta e encaminhados ao eminente Ministro JOSÉ CANDIDO, Revisor (fls. 296/302, 2ª vol., Exverd. 1). Em 25 de março último, S. Exa. determinou a inclusão destes em pauta.

Por derradeiro, anoto que o ora excipiente, em ambas as ações penais foi assim denunciado pelo Parquet local (fls. 02/04 1ª vol., ExVerd. 1; fls. 02/05, 1ª vol., ExVerd. 2), verbis:

"Diante do exposto, e estando o ofensor incurso nas penas dos arts. 138 e 140, com o aumento previsto no art. 141, II, tudo do Código Penal, requer seja recebida a presente denúncia com a citação do denunciado para ver-se processar até final julgamento."

Romero de Faria

EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 01/021 - RO

O SENHOR MINISTRO BUENO DE SOUZA (RELATOR): Senhor Presidente, depois de haver indicado à pauta, para o julgamento dos presentes autos, observei que há precedentes desta Corte, em tema de exceção de verdade, dispensando revisão (Relatores os Senhores Ministros WILLIAM PATTERSON e COSTA LIMA); bem como outros, também de exceção de verdade, com revisão (Relator, o Senhor Ministro PÁDUA RIBEIRO).

Neste caso, em que a exceção da verdade é trazida pelo juiz, processado a pedido de desembargadores, a jurisprudência da Casa, fixada na Exceção da Verdade 09, Relator o Senhor Ministro PÁDUA RIBEIRO, pode-se, eventualmente, entender que a Corte deva julgar a exceção e também a ação.

Daí porque indico a retirada do feito da pauta, para revisão.

Américo

Superior Tribunal de Justiça 89

CERTIDAO DE JULGAMENTO

*** CORTE ESPECIAL ***

(EM APENSO EXVERD 02/RO)

EXVERD 1-0/RO PAUTA: 12/03/92JULGADO: 14/05/92

RELATOR: Exmo. Sr. Ministro BUENO DE SOUZA

REVISOR: Exmo. Sr. Ministro

PRESIDENTE DA SESSAO: Exmo. Sr. Ministro ANTONIO TORREAO BRAZ

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA: Exma. Sra. Dra. YEDDA DE LOURDES
PEREIRA

SECRETARIA: BELA. ROSANGELA SILVA

AUTUACAO

EXPTE : JOSE MARCELINO DE PAULA

ADV : JOSE MARCELINO DE PAULA

EXPTO : HERCULES JOSE DO VALE

ADVOGADO: MANOEL DE ANDRADE

CERTIDAO

Certifico que a Egregia CORTE ESPECIAL ao apreciar o processo em epigrafe, em sessao realizada nesta data, proferiu a seguinte decisao:

"Retirado de Pauta por indicacao do Sr. Ministro Relator."

O referido é verdade. Dou fé.
Brasilia, 14 de maio de 1992

- Rosângela Silva

SECRETARIA

Superior Tribunal de Justiça

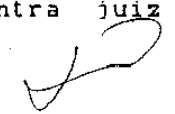
1

EXCEÇÃO DE VERDADE 01 E 02 - R0089001080
011531200
000000160V O T O

O SENHOR MINISTRO BUENO DE SOUZA (RELATOR): Senhor Presidente, na resolução de Questão de Ordem suscitada na Exceção da Verdade 09 - DF, pelo Senhor Ministro PADUA RIBEIRO, esta Corte decidiu que, ante a concorrência de competências originárias por prerrogativa de função, deve prevalecer a competência do Órgão jurisdicional de mais elevada inserção na estrutura constitucional do Poder Judiciário.

Este entendimento se inspirou no reconhecimento da unidade substancial da ação principal por crime contra a honra imputado a Desembargador e da exceção de verdade argüida pelo Desembargador acusado contra o Juiz de Primeiro Grau, dado como vítima de calúnia (Ex. Verd. 09-DF, Relator Ministro PADUA RIBEIRO, Revisor Ministro FLAQUER SCARTEZZINI, apensada à APn 09-DF, resultado de julgamento publicado no DJ de 25.03.92, p. 3.627).

2. No caso em exame, no entanto, a situação é diversa: o que atrai para esta Corte o conhecimento dos feitos já relatados é a oposição de exceções de verdade pelo juiz acusado, concomitantemente, duas vezes, por injúria e calúnia que teria perpetrado contra desembargadores. A competência deste Tribunal, por conseguinte, há de ser restrita apenas ao julgamento das referidas exceções (Const., art. 105, I, a). Caso sejam julgadas improcedentes, já não subsistirá a competência originária do STJ, pois somente estarão pendentes de decisão as ações penais por injúria e calúnia intentadas contra juiz de



STJ

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

2

primeiro grau, por requisição de desembargadores (Constituição, art. 96, III).

3. Eis porque, tendo mesmo em vista o tumulto que afetou o andamento inicial de ambas as exceções de verdade (1 e 2) que venho de relatar, e, bem assim, a conveniência prática, condizente à economia processual a corroborar a imposição inarredável de observância da ordem legal do processo (certo que a instrução foi dirigida, tão somente, no tocante às exceções), tenho como apropriado limitar meu voto, nesta assentada, apenas às questões suscitadas nessas defesas (exceções opostas pelo acusado).

4. Convém, portanto, ter presente o teor, tanto das imputações iniciais, como das referidas exceções de verdade.

5. Assim, a primeira imputação diz respeito a denúncia calcada em representação subscrita pelo Desembargador ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA, então Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Rondônia, reproduzida na denúncia, nestes termos:

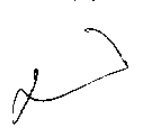
a) quanto à injúria, verbis:

"Diz o Doutor Marcelino que o Corregedor Aldo A. Castanheira Silva não efetiva correição em nenhum processo, em razão de nada entender dessa matéria, nem em processo cível; nem criminal, haja visto que sempre foi avesso aos estudos quando bacharelando.

Diz mais o Doutor Marcelino que a posição hoje galgada pelo Excelentíssimo Corregedor Geral Aldo Castanheira é merecida, em virtude do pioneirismo e sofrimento pela Rondônia de ontem, e não por sua capacidade e conhecimento jurídico". (doc. 3D).

Na verdade, o Corregedor, meu velho colega de escola, sempre se mostrou avesso aos estudos e, por isso, embora seja Corregedor, não entende nada de correição. Ele não sabe o que está certo ou que está errado numa correição, numa Comarca ou num feito, seja ele cível ou criminal." (fls. 3, 19 vol., Exverd. 2);

b) relativamente à calúnia, verbis.



/jns

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

3

"A segunda passagem é relativa a mais uma cobertura, desta feita poderosíssima, dada ao fazendeiro por uma pessoa muito importante da Corte de Justiça, porque se trata de mais um Desembargador, desta vez, o Corregedor Geral de Justiça Aldo A. Castanheira Silva" (doc.nº2 P)

"O excesso de zelo e dedicação do Corregedor Geral para burlar a promoção dele (Representado) para Vilhena (onde será julgado o milionário), demonstra clara e evidentemente seu interesse particular, consistindo em compromisso para dar cobertura ao milionário Antonio José Junqueira Rossi Vilela, que vem sendo processado por aquela Comarca, e sabedor que é de que o Doutor Marcelino é incorruptível e certamente aplicará a verdadeira justiça no caso, cria embaraços à sua promoção, preparando mesmo o terreno para outro magistrado". (Os parêntesis são nossos, doc. nº 3 F).


"O Corregedor está trabalhando e fazendo jus ao compromisso com o milionário Junqueira Rossi Vilela". (doc. nº 2 U).

"Como eu, ele concluiu que o Corregedor embarca na defesa do fazendeiro, não se sabendo apenas em quanto andou o preço, por essa tão importante cobertura, importante não pelo valor de seu defensor, mas pelo cargo que ocupa". (doc. nº 20).

"Vossa Excelência (o Eminentíssimo Corregedor Geral da Justiça) é desonesto porque dá cobertura ao maior bandido de minha Comarca, o homem que mandou ceifar a vida de oito pais de família, dos quais cinco foram mortos, o milionário Antonio José Junqueira Vilela". (o parêntesis é nosso. Docs. nºs 2R/2S)." (fls. 4/5, 1º vol., Exverd. 2).

6. A estas imputações, redarguiu o excipiente:

"DD. Relator, arqui o acusado a exceção da verdade das alegações constantes na r. Denúncia consideradas criminosas pela peça acusatória, objeto de alegações proferidas na defesa dos autos de nº 011/85 do Conselho da Magistratura de Rondônia, formulada pelo Doutor Desembargador Corregedor Geral Aldo Alberto Castanheira Silva, haja visto que provará a veracidade de tais alegações, que na realidade confirmam a corrupção passiva praticada pelo querelante.



Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

4

Em verdade, as alegações constantes nos itens do parágrafo 2º da denúncia de fls. (autos 010/85-Capital) são verdadeiras e notórias, conforme se provará no decorrer da instrução, cuja exceção da verdade, se argui com base nas prerrogativas do art. 523 do Código de Processo Penal, cabível e aplicável no caso em apreço." (fls. 57, 1º vol., Exverd. 2).

7. A segunda imputação, decorrente de representação do Desembargador HÉRCULES JOSÉ DO VALE, é deste teor:

"Fui indagado pelo Desembargador Hércules, sobre se sabia se o Corregedor era parente do fazendeiro, e disse que não sabia de nenhum parentesco entre eles, mas indaguei o porquê da pergunta, quando então, o Desembargador disse-me que o Corregedor estava até doente porque aquele fazendeiro estava sendo processado. Disse mais, que o Corregedor estava achando isso ruim. Ele falava com tom de ardoroso defensor do fazendeiro. Quando dissequei a história do fazendeiro, expondo o seu prestígio econômico e financeiro sobre várias áreas da Justiça, aquele Desembargador se mostrou indignado e até mesmo revoltado."

"Como eu, ele concluiu também que o Corregedor embarcara na defesa do fazendeiro, não se sabendo apenas em quanto andou o preço, por essa tão importante cobertura, importante não pelo valor do defensor, mas pelo cargo que ocupa" (fls. 4, 1º vol., Exverd. 2).

Esse episódio exposto pelo Representado não encontra nenhum respaldo na realidade. Retrata um crime de "corrupção passiva" que teria sido cometido pelo Eminentíssimo Corregedor-Geral da Justiça o que, em absoluto, não é do conhecimento do Representante, o qual, se tivesse dito as palavras a ele atribuídas, estaria praticando o crime de calúnia. Assim, o MM. Juiz de Direito imputou, falsamente, ao digno Desembargador, um fato tipificado como crime de calúnia cometido contra o Douto Corregedor-Geral da Justiça, o que caracteriza o delito de calúnia praticado pelo Representado contra o Representante. Acrescentou, ainda, o Magistrado de 1º grau ora denunciado:

/jns

113

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

5

"Senhor procurador, sei que o Desembargador Hércules, chamado à responsabilidade por esta passagem, pode, por conveniência ou por colequismo, até negar, e eu ficarei só e sem prova, na berlinda, segundo expressão usual." (fls. 3, 1º vol., Exverd. 1).

8. Neste feito, a exceção de verdade traz estes dizeres:

"DD. Relator, argüi o acusado a exceção da verdade das alegações constantes na r. Denúncia, consideradas criminosas pela peça acusatória, objeto de alegações de defesa, dirigida ao querelante da representação Des. Hércules José do Vale, visto que provará a veracidade das alegações. As alegações constantes dos itens da r. Denúncia de fls., (autos nº 011/85) em verdade foram ditos, cuja veracidade das alegações se provará no decorrer da instrução, com base no exposto no artigo 523 do Código de Processo Penal,..." (fls. 61, 1º vol., Exverd. 1).

9. A exceção de verdade apresentada em primeiro lugar foi recebida por despacho do Desembargador Relator às fls. 337, 1º vol., Exverd. 2, de modo amplo, tanto quanto a exceção deduzida no outro feito (fls. 103, 1º vol., Exverd. 1).

10. Abordando o mérito, o parecer do ilustre Subprocurador Geral SOLLBERGER, reportando-se a ambas as exceções, depois de acentuar a ocorrência de prescrição in abstrato quanto ao crime de injúria (Cód. Penal, art. 109, VI, fls. 630, 2º vol., Exverd. 2), assim apreciou as alegações e provas produzidas pelo excipiente:

"12. A alegação de que o Des. Hércules José do Vale teria perguntado ao excipiente se o fazendeiro Antonio José Junqueira Rossi era parente do excepto, afirmando que este lhe teria dito que "ficava doente quando falava sobre um processo criminal contra o fazendeiro Antonio José Junqueira", parece-nos comprovada pelos depoimentos acostados aos autos.

/jns

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

6

13. Com efeito, às fls. 454, declarou Antonio Gonçalves Pinheiro Neto:

"Por volta das 10:00 horas, estava na sala do Dr. Marcelino de Paula, gabinete do Juiz, e lá ouviu uma conversa entre ele e o Des. Hércules do Vale, que o Des. Hércules do Vale indagou ao Dr. Marcelino se o Des. Aldo Castanheira era parente de um fazendeiro de nome Antonio José Junqueira Vilela; que ao ser perguntado pelo Dr. Marcelino, qual a razão daquela pergunta, respondeu o Des. Hércules do Vale que era porque o Des. Aldo Castanheira estava doente com o fato de estar sendo processado criminalmente o fazendeiro" (grifamos)

14. As fls. 455, declarou Vilson de Sousa Brasil:

"O depoente estava em lanchonete de nome Palhoça na companhia do Dr. Marcelino, aquele Des. e também estava presente o Dr. Tomás que era tabelião em Colorado; que numa mesa ao lado estava o segurança do Dr. Marcelino, de nome Antônio e outras pessoas também estavam na lanchonete, que nesta oportunidade o depoente ouviu o Dr. Marcelino dizer ao Dr. Tomás que o Des. Hércules havia perguntado a ele (Marcelino), sobre possível parentesco entre o Des. Aldo Castanheira e um fazendeiro cujo nome não sabe, que a razão da pergunta era porque o Dr. Hércules teria dito que o Des. Aldo ficava doente quando falava sobre um processo criminal contra o tal fazendeiro..." (O Des. Hércules estava presente)

15. As fls. 456, declarou Antônio G.P. Neto:

"...; que nesse tempo e na lanchonete o Dr. Marcelino narrou para Tomás a conversa do Des. Hércules em seu gabinete, naquela manhã; que o Desembarçador ouviu o comentário e ficou em silêncio;..."

16. Outro fato de relevância a ser ressaltado é o narrado pelo delegado de polícia Antônio Conhetti Postigo (fls. 444 e seguintes):

"... que indagado ao depoente sobre se sabe de alguma coisa contra a conduta do Des. Aldo Castanheira, diz que quando

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

7

delegado de polícia em Ariquemes, certa feita, recebera um telefonema do Des. referido, onde dizia que o ora depoente tomasse cuidado porque o homem investigado, e no caso o fazendeiro João Arantes, era homem de bem e por certo não teria mandado matar ninguém ou cometido crimes. Tal telefonema, diz o depoente fora feito quando na região de Nova Vida, proximidades de Ariquemes e Jaru estavam ocorrendo algumas mortes de pessoas que possivelmente estavam invadindo terras, e aí se processava o inquérito, e o fazendeiro João Arantes despontava como mandante das mortes. Esclarece o depoente que a fazenda do Des. Aldo Castanheira faz divisa com a fazenda Nova Vida e também havia ameaça de invasões em terras do Des. Aldo Castanheira. Que o Des. Aldo Castanheira chegou a dar entrada em uma representação na delegacia de Ariquemes contra determinada pessoa, quando fora atendido pelo Delegado Jairo Macedo. Sabe o depoente e porque inquiriu o filho de alguém que morreu na linha divisória da fazenda Nova Vida com o pai da vítima e o tal filho dissera que um parente dele que era capataz do Des. Aldo ouviu do Des. que três pessoas estavam marcadas para morrer, e dentre essas o que morreu. No inquérito que desenrolava esta despontando que a tal pessoa que morreu dentre as três apontadas tinha tido tal fim a mando do fazendeiro João Arantes. Que o tal alguém que morreu, então pai do que prestou declarações ao ora depoente, tinha a propriedade que divisava com a fazenda Nova Vida e também era tido como quem comandava as invasões que estavam ocorrendo na região..."

17. Contudo, o fato de ser o Des. Aldo Castanheira amigo do fazendeiro Antônio Vilela e de entender estar este sendo injustamente processado, não autoriza, por si só, a conclusão de que o Des. Aldo estaria acobertando, de alguma forma, o fazendeiro, mesmo levando-se em conta o depoimento do delegado Marco Antônio Conhetti Postigo, a respeito do procedimento do exceto no caso do fazendeiro João Arantes.

18. Fala o excipiente de um "preço" recebido, mas nada traz aos autos que comprove esse fato.

15

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

8

19. Os depoimentos acima transcritos lançam suspeitas sobre a conduta do Des. Aldo Castanheira, mas não são suficientes para incriminá-lo.

20. Assim, não há como negar razão ao ilustre representante do Ministério Público Estadual quando, em suas alegações finais, observa,

"... a prova é duvidosa e a dúvida milita em favor do acusado (que, na exceção da verdade é o Excepto)"

Nessas condições, opina o Ministério Público Federal no sentido de que essa Colenda Corte:

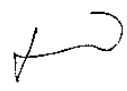
a) julque prejudicada a exceção da verdade na parte referente ao crime de injúria, desde que se verifica estar extinta a punibilidade, pela prescrição in abstrato;

b) julque improcedente a exceção na parte relativa ao crime de calúnia." (fls. 630/634, 2º vol., Exverd. 2).

11. Após este atento exame das alegações das partes e detida ponderação dos elementos de convicção reunidos nos autos de ambos os feitos, não tenho senão subscrever as fundadas conclusões propugnadas pelo ilustre representante do órgão do Ministério Público, a não ser, apenas, no que toca ao crime de injúria.

12. De fato, os autos, em resumo, demonstram que o excipiente, ouvido na comarca de Colorado do Oeste, de que era Juiz Titular, em 1º de abril de 1985, pelo Desembargador HÉRCULES JOSÉ DO VALE, em missão que lhe fora delegada pelo então Corregedor Geral da Justiça de Rondônia, Des. ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA, ratificando esclarecimentos que havia prestado verbalmente, reduziu a escrito as afirmações que depois basearam as denúncias já referidas.

Ao opor as exceções de verdade agora objeto de decisão, o excipiente reiterou, enfaticamente, aquelas suas afirmações, gravemente comprometedoras da conduta dos Desembargadores representantes, ora exceptos.



Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

9

Verifica-se, não obstante, que o excipiente, no que concerne à caracterização de calúnia, não precisou suficientemente os fatos imputados aos exceptos, a ponto de poderem constituir objeto de atividade instrutória conclusiva. Assim é que se contentou com afirmar que um dos exceptos se declarou doente, de tão contrariado que ficou, por haver o excipiente influido no sentido de o Promotor de Justiça abranger em denúncia pessoa que nela não havia antes contemplado; enquanto, de outro, limitou-se a dizer que se comprometera na defesa desse acusado.

Eis as expressões de que se utilizou, as quais ensejaram as denúncias:

"Em Barra do Garças encontrei com um amigo comum, meu e o Dr. Faber Viegas, o Sr. José Antonio Guedes Miguez, proprietário da "Casa do Criador", com o telefone 446.2366, que por ocasião da vinda do Dr. Faber a Colorado, com aquela espinhosa missão, recebeu interurbano, partindo de telefone de Colorado, pedindo-lhe interveniência junto a mim, para dizer-me que, pelo despacho reconhecendo a minha incompetência, havia compensação de milhões, que eu podia exigir.

Ocorre que, aquele amigo comum, como o Dr. Faber, não teve o disprante de me fazer proposta, porque sempre soube do respeito de que sempre fui merecedor.

A segunda passagem, é relativa a mais uma cobertura, desta feita poderosíssima, dada ao fazendeiro por pessoa muito importante da Corte de Justiça, porque se trata de mais um desembargador, desta vez, o Corregedor Geral da Justiça Aldo A. Castanheira Silva.

Como tomei conhecimento dessa particularidade. Quando recebi a visita do Desembargador Hercules José do Vale, que chegou à minha comarca desprovido dos expedientes e das anotações a respeito da missão que ia desincumbir.

Por telefone colheu junto ao Corregedor a anotação das pautas a respeito dos quais veio buscar informações comigo.

Fui indagado pelo Desembargador Hercules, sobre se sabia se o Corregedor era parente do fazendeiro, e disse que não sabia de nenhum parentesco entre eles, mas indaguei o porquê da

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

10

pergunta, quando então, o Desembargador, disse-me que o Corregedor estava até doente porque aquele fazendeiro estava sendo processado.

Disse mais, que o Corregedor estava achando isso ruim. Ele falava com tom de ardoroso defensor do fazendeiro.

Quando dissequei a história do fazendeiro, expondo o seu prestígio econômico e financeiro sobre várias áreas da Justiça, aquele Desembargador se mostrou indignado e até mesmo revoltado.

Tomou conhecimento, que aquele fazendeiro só resolvia sua defesa frente ao hediondo crime que cometeu, com a força de seu dinheiro.

Como eu, ele concluiu também, que o Corregedor embarcara na defesa do fazendeiro, não se sabendo apenas em quanto andou o preço, por essa tão importante cobertura, importante, não pelo valor de seu defensor, mas pelo cargo que ocupa.

Senhor Procurador, sei que o Desembargador Hércules, chamado à responsabilidade por esta passagem, pode, por conveniência ou por colequismo, até negar, e eu ficarei só e sem prova, na berlinda, segundo expressão usual.

Em decorrência disso, poderei vir a ser processado e até condenado. Não importa. Cumpro o meu dever. Trouxe para o conhecimento público um ato revoltante. Tenho para mim, no entanto, que ao Corregedor é preferível silenciar-se com respeito a esse fato.

Afirmo isso, porque ele já deu demonstração nesse sentido. Com efeito, por ocasião de sua visita recente em minha comarca, diga-se de passagem, a primeira visita do Corregedor, que não foi só para receber diárias, que também recebeu-as, de certo, sob a justificação de que estava a serviço da justiça, para correição.

Na verdade, o Corregedor, meu velho colega de escola, sempre se mostrou avesso aos estudos, e por isso, embora seja corregedor, não entende nada de correição. Ele não sabe o que está certo ou que está errado numa correição, numa comarca ou num feito, seja ele cível ou criminal." (fls. 23/24, 1º vol., Exverd.1).

13. Não admira, portanto, que desde o início o excipiente tenha reconhecido que em caso de negativa dos fatos por um dos exceptos (Des. Hércules José do Vale), não teria como provar suas alegações (fls. 4, 1º vol., Exverd. 1).

/jns

Superior Tribunal de Justiça

ExVerd. 01 e 02 - RO

11

Efetivamente, o exame das declarações das testemunhas não se presta para conferir credibilidade às afirmações do excipiente, no ponto em que procuram imputar a prática de crime aos exceptos.

14. Eis porque acolho, em parte, as judiciosas conclusões do parecer ministerial.

Meu voto, por conseguinte, primeiramente se abstém de apreciar a ocorrência da prescrição que se acha reconhecida pelo Ministério Público, relativamente aos crimes de injúria imputados ao acusado - excipiente, certo que, no tocante a essa imputação, a exceção de verdade sequer poderia ter sido admitida, por falta de previsão legal (Cód. Penal, art. 140), de tal modo que, não se verificando, quanto as injúrias, vis atractiva das exceções, não se abre ensejo a esta Corte para dizer o que quer que seja quanto a injúrias imputadas a magistrado de primeiro grau.

Já no tocante à calúnia, julgo improcedentes ambas as exceções de verdade, por não terem sido provados os fatos a que vagamente se reportam (Cód. Proc. Penal, art. 386, VI).

Devem às respectivas ações penais, por conseguinte, prosseguir, perante o eq. Tribunal de Justiça de Rondônia, ao qual incumbe dizer também da prescrição quanto às injúrias; e, enfim, o que couber, quanto às calúnias, que as exceções de verdade, por improcedentes, não lograram elidir.

É como voto.

Romero José

*Superior Tribunal de Justiça*EXCEÇÃO DE VERDADE Nº 01 E 02 - ROA D I T A M E N T O A O V O T O

MINISTRO BUENO DE SOUZA (RELATOR): Senhor Presidente, como venho de aludir no relatório, ambas as denúncias recebidas em 28.11.85 (fls. 56, 1º vol., ExVerd. 1) e 29.10.85 (fls. 52, 1º vol. ExVerd. 2), respectivamente, fizeram expressa referência à qualificadora prevista no artigo 141, II, do Código Penal, como revela o teor das denúncias, reproduzido no tópico final do relatório.


A causa especial de aumento de pena e, bem assim, a qualificadora, como se sabe, refletem na pena cominada in abstracto.

Por outro lado, a prescrição da pretensão punitiva antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, calcula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime (art. 109, Código Penal).

Destarte, na espécie, com o reflexo da qualificadora, a pena em abstracto torna-se superior a dois anos e, assim, o prazo de prescrição passa a ser de oito anos (artigo 109, IV, Código Penal) e somente ocorrerá no final deste ano, considerando-se as datas de recebimento das denúncias.

Neste sentido o decidido no Supremo Tribunal, HC 54.666-PR, Primeira Turma, sessão de 03.09.76, unânime, Relator Ministro BILAC PINTO (RTJ 79/443). Eis a ementa:

"Prescrição da ação penal (C. Pen., art. 109). Imputação, pela queixa, de crime com aumento de pena (C. Pen., art. 138, c.c. o art. 141, III). Caso em que este plus influi, para regular a prescrição, na fixação do máximo da pena privativa de liberdade. Aplicação do inciso IV, e não do inciso V, do art. 109 do C. Pen."



Superior Tribunal de Justiça

EXV. 01 E 02 - RO

- 2 -

A esse propósito, nesta Corte, vale referir o acórdão proferido no RHC 2.155-3-PE, Sexta Turma, sessão de 02.03.93 (DJU 29.03.93), de que foi Relator o eminente Ministro VICENTE CERNICCHIARO, assim ementado:


"RHC - PENAL - PRESCRIÇÃO - PENA COMINADA - CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO - A causa especial de aumento de pena e a qualificadora refletem-se na pena cominada (in abstrato). A agravante e a atenuante exclusivamente na pena aplicada (in concreto). A pena cominada no art. 168, parágrafo único, do Código Penal, majora a sanção relativa ao tipo fundamental (caput). Logicamente, afeta a cominação, ao contrário da agravante e atenuantes, consideradas pelo Juiz, nos limites da cominação. A prescrição da pretensão punitiva, antes da sentença condenatória, transita em julgado, calcula-se pelo "máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime" (CP, art. 109). Tipo fundamental e tipo derivado, com cominação própria, são considerados distintamente para o cálculo do prazo da referida causa de extinção da punibilidade."

Sobre o tema colho, ainda, nos comentários ao artigo 109 da autorizada obra "Código Penal e sua interpretação jurisprudencial", de Alberto Silva Franco e outros, 4ª edição, RT, p. 653, a informação dos seguintes precedentes:

"Na prescrição pela pena abstrata, a exacerbação correspondente à forma qualificada eleva o máximo legal e deve ser considerado" (STF - RHC - Rel. Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE - RT 465/381).

"Para efeito de contagem do prazo da prescrição da pretensão primitiva, são levadas em conta as causas de aumento de diminuição da pena" (TACRIM-SP - AC. Rel. Juiz DJALMA LOFRANO - JUTACRIM 69/482).

Eis porque, com a devida vênia, reitero meu voto, no ponto em que desconsidera a prescrição relativa a calúnia, nos termos da denúncia.



ias2

Superior Tribunal de Justiça 21

Corte Especial:14.06.93

EXCEÇÃO DE VERDADE n° 1 - RO

VOTO (REVISOR)

Examinei o processo e nenhuma restrição tenho a fazer ao voto do eminente Relator, sobretudo, com o aditamento apresentado. Conseqüentemente, acolho os fundamentos de seu douto pronunciamento e o acompanho.

É o meu voto..

Jackiudido

Superior Tribunal de Justiça

gan - 15.06.93

Corte Especial
14.06.93

EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 01-0 - RONDÔNIA

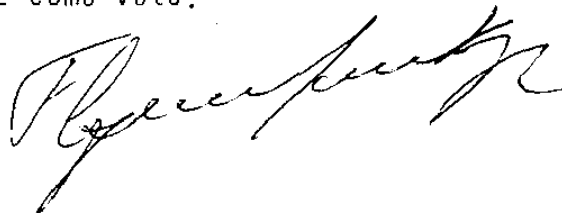
V O T O (VOGAL)

O EXMO. SR. MINISTRO FLAQUER SCARTEZZINI:

Sr. Presidente, concordo com o Sr. Ministro-Relator, não conhecendo da exceção da verdade em relação ao crime de injúria, visto que, inexistente a figura, no concernente, e quanto ao crime de calúnia, entendo-a improcedente.

Acompanho o Eminentíssimo Ministro-Relator e farei juntar o meu voto posteriormente.

É como voto.



gan - 15.08.93

Superior Tribunal de Justiça

Corte Especial
14.08.93

EXCEÇÃO DA VERDADE Nº 02 - RONDÔNIA

V O T O

O EXMO. SR. MINISTRO FLAQUER SCARTEZZINI:

Sr. Presidente, o Procurador de Justiça no Estado de Rondônia, por força de representação feita pelo Corregedor-Geral da Justiça, oferece denúncia contra o Dr. José Marcelino de Paula, magistrado titular da Comarca de Colorado do Oeste, naquele Estado, como incurso nas penas dos arts. 138 e 140 do Código Penal, com o aumento previsto no art. 141, II, do mesmo diploma legal, por haver caluniado e injuriado o Des. Aldo Alberto Castanheira Silva do Eg. TJRO.

Oposta *exceptio veritatis* nos termos do art. 85 do CPP, consoante jurisprudência reiterada do Excelso Pretório, compete ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais de Apelação apenas o seu julgamento, devendo o Juízo Comum decidir tão somente sobre a admissibilidade.

Feita esta observação, passo ao julgamento.

Quando nosso Código Penal trata dos crimes contra a honra, filia-se, como preleciona Nelson Hungria (comentário ao C. Penal, vol. VI, pág. 81) "a um sistema misto e um critério duplice: depois de incriminar separadamente a falsa imputação de fato criminoso (calúnia) e a imputação de qualquer outro fato ofensivo da reputação (difamação), admite a *demonstratio veri* no primeiro caso, como regra geral, e no segundo como exceção.

Assim, a admissão da *exceptio veritatis* quanto ao crime de calúnia (C.P., art. 138, § 3º) é mais ampla e, quanto à



Superior Tribunal de Justiça

difamação (C.P., art. 139, parágrafo único) se opera de modo mais restrito.

A injúria (C.P., art. 140), pode ser conceituada como toda ofensa à honra que não consiste na imputação de específico fato criminoso ou moral, devendo ser apreciada de um ponto de vista relativo, pois, dadas as circunstâncias, tal fato ou ato, pode ter ou não caráter injurioso.

Desta forma, ao contrário da calúnia e da difamação, a injúria não admite a exceptio veritatis, pois como diz o mestre citado (pág. 94), "esta não apresentaria, em caso algum, utilidade social. Faltaria, aliás, na espécie, um positivo "thema probandum".

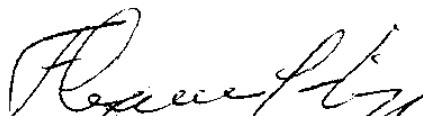
Dito isto e definido pelo art. 85 a nossa competência para apreciação da exceção oposta, passo a apreciá-la e, visto não haver na lei Adjetiva Penal a figura da exceção no que pertine aos crimes de injúria, inadmissível sua apreciação no concernente.

Não posso dizer o mesmo quanto ao crime de calúnia pelo que, passo a sua apreciação.

O excipiente, em sua defesa, imputa eiva de desonestidade ao Desembargador Castanheira, afirmando sua mancomunação com o "bandido e milionário" Antonio José Junqueira Rossi Vilela, que está sendo processado pela justiça local.

Transcrevo suas palavras, expostas na denúncia de fls. 3 e 4, verbis:

"A segunda passagem é relativa a mais uma cobertura, desta feita poderosíssima, dada ao fazendeiro por uma pessoa muito importante da Corte de Justiça, porque se trata de mais um Desembargador, desta vez, o Corregedor Geral da Justiça Aldo A. Castanheira Silva". (doc. nº 2 P)



Superior Tribunal de Justiça

"O excesso de zelo e dedicação do Corregedor Geral para burlar a promoção dele (Representado) para Vilhena (onde será julgado o milionário), demonstra clara e evidentemente seu interesse particular, consistindo em compromisso para dar cobertura ao milionário Antonio José Junqueira Rossi Vilela, que vem sendo processado por aquela Comarca, e sabedor que é de que o Doutor Marcelino é incorruptível e certamente aplicará a verdadeira justiça no caso, cria embaraços à sua promoção, preparando mesmo o terreno para outro magistrado". (os parêntesis são nossos, doc. nº 3 F)

"O Corregedor está trabalhando e fazendo jus ao compromisso com o milionário Junqueira Rossi Vilela". (doc. nº 2 U)

"Como eu, ele concluiu que o Corregedor embarca na defesa do fazendeiro, não se sabendo apenas em quanto andou o preço, por essa tão importante cobertura, importante não pelo valor de seu defensor, mas pelo cargo que ocupa". (doc. nº 20)

"Vossa Excelência (o Eminentíssimo Corregedor Geral da Justiça) é desonesto porque dá cobertura ao maior bandido de minha Comarca, o homem que mandou ceifar a vida de oito pais de família, dos quais cinco foram mortos, o milionário Antonio José Junqueira Vilela". (o parêntesis é nosso. Docs. nºs 2R/2S)."

Tal afirmação dita caluniosa, e que o excipiente diz ser verdadeira, teria sido confirmada por outra autoridade judiciária do Estado, Des. Hércules José do Vale, e comprovada por diversos depoimentos constantes dos autos. Senão vejamos:

Ao Des. Hércules imputa-se a afirmação de que teria dito ao excipiente, que o excepto lhe falara "que estava doente com o fato de estar sendo processado criminalmente o fazendeiro".

Estas palavras, no dizer do excipiente, estariam confirmadas por diversas testemunhas, como por exemplo, Antonio Gonçalves Pinheiro Neto que às fls. 454, declarou: que ouviu tal conversa, no Gabinete do Dr. Juiz, mantida entre ele e o Des. Hércules. Da mesma forma, às fls. 455, Vilson de Souza Brazil declara que, numa determinada oportunidade, estando numa lanchonete em companhia do Des. Hércules e o Des. Marcelino



Superior Tribunal de Justiça

(excipiente), ouviu do mesmo a confirmação das palavras ditas pelo Des. Hércules e este, estando presente, ficou em silêncio.

No entanto, no entender do MP, em suas alegações finais (fls. 576/581) tal fato não foi confirmado pelo interlocutor do excipiente, Des. Hércules José do Vale, nem as testemunhas foram firmes em suas declarações, algumas negando posteriormente o que haviam afirmado antes. Por isso mesmo que o MP, quando opina pela improcedência da exceção, diz que a prova é duvidosa e a dúvida milita em favor do acusado (que na exceção da verdade é o excepto).

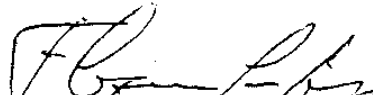
E tal fato é por demais verdadeiro. As testemunhas arroladas pelo excipiente são reticentes em suas afirmações ou nada declaram no sentido de incriminação do Dr. Aldo Castanheira. Verifique-se os depoimentos de Elmo Tarso Santana (fls. 448), Milton Lopes (fls. 486) e Reimundo Correa de Oliveira (fls. 519).

Ademais, saliente-se, que após a exceção da verdade, oposta perante o Des. Rel. do Processo Crime da qual originou, os autos seguiram seus trâmites legais, não havendo, em qualquer oportunidade, declarações do Des. Hércules, afirmando o alegado pelo ora excipiente. Em verdade, o que o Des. Hércules afirma é totalmente contrário.

Haja visto o ofício endereçado ao Des. Presidente do Conselho da Magistratura, do Tribunal de Justiça de Rondônia, onde diz, peremptoriamente, (fls. 226):

"Que tomei conhecimento de que o Doutor Marcelino, em expediente dirigido a esse Egrégio Conselho, fez afirmações contra a honra do Exmo. Desembargador Corregedor, mencionando a minha pessoa;

Que são totalmente inverídicas as afirmações no sentido de que eu teria conversado, com o Doutor Marcelino, a respeito de tal assunto. Melhor esclarecendo, não fiz, ao Doutor Marcelino e nem a



Superior Tribunal de Justiça

quem quer que seja, qualquer comentário naquele sentido bem como não ouvi do Doutor Marcelino ou de qualquer outra pessoa qualquer referência a respeito daqueles fatos ofensivos à honra do Des. Aldo; e

Que me senti ofendido com aquelas inverídicas afirmações do Doutor Marcelino envolvendo meu nome, motivo pelo qual representei criminalmente contra o mesmo, conforme documento em anexo."

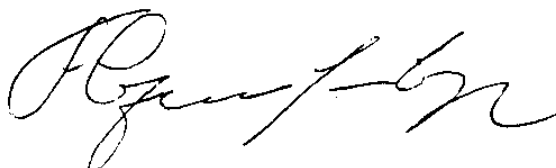
Desta forma não se pode convictamente concluir com tais elementos carreados para os autos que o Des. Aldo Castanheira tenha dito "que estava doente com o fato de estar sendo processado criminalmente o fazendeiro".

Todavia, ainda que assim houvesse se manifestado, reafirmando, o que absolutamente não está demonstrado nos autos, não se poderia chegar a conclusão de que, em assim procedendo, estaria demonstrada a sua responsabilidade em delito de corrupção. Quando muito, tudo isso somente lançariam suspeitas sobre a conduta do excepto, nunca suficientes para incriminá-lo.

Desta forma não conheço da exceção da verdade no que respeita ao crime de injúria, pois inexistente a figura e, quanto ao de calúnia, julgo-a improcedente,

Determino a baixa dos autos ao Juízo de origem para que prossiga na ação penal.

É como voto.



Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

*** CORTE ESPECIAL ***

PAUTA: 22/04/93

JULGADO: 14/06/93

EXVERD 1-0/RO
CRIMINAL

RELATOR: Exmº Sr. Ministro BUENO DE SOUZA
REVISOR: Exmº Sr. Ministro JOSÉ CÂNDIDO
PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmº Sr. Ministro ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: Exmº Sr. Dr. PAULO ANDRÉ FERNANDO
SOLLBERGER
SECRETÁRIA: BELA. ROSÂNGELA SILVA

AUTUAÇÃO

EXCIPIENTE : JOSÉ MARCELINO DE PAULA
ADVOGADO : JOSÉ MARCELINO DE PAULA
EXCEPTO : HÉRCULES JOSÉ DO VALE
ADVOGADO : MANOEL DE ANDRADE

CERTIDÃO

Certifico que a Egrégia CORTE ESPECIAL ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Corte Especial, por unanimidade, não conheceu da exceção da verdade em relação ao crime de injúria e julgou improcedente a exceção com relação ao crime de calúnia, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros José Cândido, Pedro Acioli, Américo Luz, Pádua Ribeiro, Flaquer Scartezini, Costa Lima, Costa Leite, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Dias Trindade, Fontes de Alencar, Cláudio Santos, Sálvio de Figueiredo, Barros Monteiro, Hélio Mosimann, Pecanha Martins, Demócrito Reinaldo, Gomes de Barros, José Dantas e William Patterson votaram com o Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Assis Toledo e Edson Vidigal não compareceram à sessão por motivo justificado.

O Sr. Ministro José de Jesus não participou do julgamento.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antônio Torreão Braz.

O referido é verdade. Dou fé.
Brasília, 14 de junho de 1993

Rosângela Silva

SECRETÁRIA

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDAO DE JULGAMENTO

089001080
011541200
000000130

*** CORTE ESPECIAL ***

PAUTA: 22/04/93

JULGADO: 22/04/93

EXVERD 1-0/RD
CRIMINAL

RELATOR: Exmo. Sr. Ministro BUENO DE SOUZA

REVISOR: Exmo. Sr. Ministro JOSE CANDIDO

PRESIDENTE DA SESSAO: Exmo. Sr. Ministro ANTONIO TORREAO BRAZ

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA : Exmo. Sr.Dr. PAULO ANDRE FERNANDO
SOLLBERGER

SECRETARIA: BELA. ROSANGELA SILVA

AUTUACAO

EXpte : JOSE MARCELINO DE PAULA

ADV : JOSE MARCELINO DE PAULA

EXPTO : HERCULES JOSE DO VALE

ADVOGADO: MANOEL DE ANDRADE

CERTIDAO

Certifico que a Egregia CORTE ESPECIAL ao apreciar o processo em epigrafe, em sessao realizada nesta data, proferiu a seguinte decisao:

"Adiado o julgamento por indicacao do Sr. Ministro Relator."

O referido é verdade. Dou fé.
Brasília, 22 de abril de 1993

- Rosângela Silva -
SECRETARIA